



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638728 - SC (2021/0001966-9)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
THIAGO BURLANI NEVES - SC036518
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : ADEMIR DIAS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ADEMIR DIAS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Apelação Criminal n. 0005331-36.2018.8.24.0018).

O paciente foi condenado à pena de 40 anos e 4 meses de reclusão em regime inicial fechado, pela prática dos delitos previstos nos arts. 121, § 2.º, incisos I, IV e VI; e 121, § 2.º, incisos IV e VI, ambos do Código Penal.

O impetrante sustenta que deve ser reconhecida a atenuante da confissão em favor do paciente, visto que confessou a autoria do delito, sendo devida a redução da pena, na segunda etapa da dosimetria, nos moldes do enunciado da Súmula n. 545 do STJ.

Destaca a ocorrência do indevido *bis in idem* no cálculo da pena, defendendo o afastamento da exasperação relativa à consideração negativa da vetorial circunstâncias do delito na primeira etapa da pena.

Consigna que a valoração negativa das consequência do delito é ilegal, devendo, também, ser afastado o aumento dela decorrente.

Requer, liminarmente, a suspensão dos efeitos da condenação até o julgamento final do presente *writ*. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar requerida, bem como para que seja redimensionada a reprimenda imposta ao paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade

que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente